

A LEITURA COMO FORMA DE CURA: UMA ANALOGIA ENTRE O ENGAJAMENTO COM OS CLÁSSICOS E A PRÁTICA TERAPÊUTICA

JOÃO PAULO BALDIN*

Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 9 abr. 2025. Aprovado em: 28 abr. 2025.

Como citar este artigo: BALDIN, J. P. A leitura como forma de cura: uma analogia entre o engajamento com os clássicos e a prática terapêutica. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 25, n. 2, p. 140-156, maio/ago. 2025. DOI: 10.5935/cadernosletras.v25n2p140-156

Resumo

Partindo da premissa de que tanto o texto clássico quanto a relação terapêutica constituem um espaço de indeterminação, este trabalho propõe uma analogia entre a leitura de clássicos, caracterizados por sua vasta e inesgotável gama interpretativa, e a prática terapêutica, especialmente conforme delineada pelas abordagens de Carl Rogers e Carl Gustav Jung. Para tal, o artigo é seccionado em três partes: na primeira, com a ajuda de Bakhtin (2008), explora-se brevemente o fenômeno do não fechamento e da inesgotabilidade da obra; na segunda, norteando-se pela filosofia existencialista de Martin Buber (2013),

* E-mail: jpcbaldin@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0774-2771>

descreve-se o fenômeno do não fechamento em si; na terceira parte, por fim, explora-se o efeito curativo que o não fechamento pode ter no relacionamento terapêutico. As considerações finais são dedicadas à conexão dos pontos da analogia que nos propomos a traçar no intuito de demonstrar um paralelo entre os efeitos da terapia e da leitura dos clássicos.

Palavras-chave

Polifonia. Prática terapêutica. Abertura.

INTRODUÇÃO

Parafraseando o entendimento de Ítalo Calvino, encontrado na ementa que norteia a escrita deste artigo, o clássico é uma obra que nunca se fecha em si mesma, sempre tendo algo mais a dizer e dialogando com novos leitores e épocas. Mantendo-se permeável a novas interpretações, o texto clássico se apresenta como uma fonte que nunca se exaure, pois permite leituras e entendimentos que provavelmente jamais foram – e jamais poderiam ter sido – previstos, tanto pelo escritor quanto pelos leitores de tempos passados. Por conta disso, o leitor da obra clássica é convidado a se unir a uma multidão de vozes, participando de um diálogo mediante o qual tanto a obra quanto o leitor terminam por ser enriquecidos.

Considerando a relação descrita, é possível discriminar pelo menos dois elementos que participam explicitamente da dinâmica: o clássico e o leitor. Outros, como o escritor, o cânones, o ensino, o mercado editorial etc., também se encontram implícitos na formulação feita. No entanto, as reflexões as quais este trabalho se propõe a fazer contemplarão apenas os dois primeiros itens listados, isto é, a obra e o leitor, acreditando-se que serão suficientes para contemplar a proposta. Tal objetivo se configura como a tentativa de oferecer uma reflexão acerca da seguinte questão: se a perpétua abertura da obra clássica possui efeitos pedagógicos capazes de expandir e transformar a perspectiva dos leitores, e que esses efeitos, pelo menos em parte, se manifestam como fenômenos pertinentes à psique do leitor, o que a psicologia pode dizer a respeito de tais efeitos? Em essência: o que a abertura típica ao clássico faz, psicologicamente, pelo leitor?

Delineados os objetivos, o artigo será organizado da seguinte forma: na primeira parte, com o apoio da teoria da literatura (Bakhtin, 2008), abordam-se questões relativas à obra perpetuamente aberta; na segunda, com o respaldo de Martin Buber (2013), fala-se do fenômeno da abertura em si, no intuito de se construir uma ponte entre a obra e o leitor; e, na terceira, algumas reflexões acerca da psicologia relativa ao efeito pedagógico que os clássicos tendem a ter sobre o leitor serão feitas, finalizando o artigo.

Considerando a complexidade do tópico e as dimensões às quais este artigo deve se limitar, é preciso salientar, é claro, que a discussão psicológica deverá ser bastante pontual. Tendo isso em vista, as reflexões psicológicas aqui feitas se concentrarão em apenas dois teóricos: Carl Rogers e Carl Jung. Suas teorias serão instrumentadas no intuito de traçar uma analogia que conecte o efeito salutar que a leitura da obra clássica pode ter sobre o leitor aos efeitos curativos que a terapia pautada nas metodologias dos dois psicólogos mencionados pode vir a ter sobre os seus pacientes.

SOBRE OS CLÁSSICOS – BAKHTIN E A POLIFONIA

A tentativa de se discutir a obra clássica – como entendida por Ítalo Calvino – pede pela utilização de uma teoria que, descrevendo-a, enfatize as características da perpétua abertura e do convite à interpretação, feito por ela ao leitor. É com essa consideração que esta primeira seção se afiliará ao pensamento de Bakhtin, com ênfase no seu conceito de polifonia.

De acordo com Bakhtin (2008), a literatura – mais especificamente a literatura romanesca –, pode ser compreendida sob diferentes formas de organização discursiva. Dentro da primeira categoria de obras, denominadas monológicas pelo teórico russo, aglomeram-se textos que apresentam uma estrutura fechada, na qual a voz do autor predomina, orientando a narrativa na direção de um centro ideológico que estabelece um sentido único e definitivo. A segunda categoria, por sua vez, da qual participam as obras denominadas polifônicas, agrupa aquelas que se estruturam de forma aberta, em oposição às monológicas; aqui, o ponto de vista do autor não impera sobre os demais pontos de vista. Tal procedimento permite o entrelaçamento de múltiplas vozes e perspectivas, que coexistem sem uma hierarquia rígida. É justamente essa não finalização que possibilita a inserção do leitor, sobre a qual se falará em maior detalhe adiante.

Tal distinção entre textos monológicos e polifônicos foi articulada por Mikhaïl Bakhtin, em sua teoria do romance. As características principais do discurso monológico, segundo Paulo Bezerra (2017), são o acabamento e a indiscutibilidade. A obra monológica, portanto, já nasce com uma conclusão predeterminada, de modo que a escrita não se configura como uma busca por sentido, mas como a confirmação de um sentido já estabelecido. Não há espaço para trocas e desentendimentos, já que a escrita toda se encaminha na direção da confirmação ou da refutação de um ponto de vista com o qual o autor ou se identifica ou conscientemente se distancia. O autor que adota tais procedimentos está frequentemente mais interessado no convencimento de seus leitores – ou de si mesmo – do que no debate franco e aberto, o qual é apenas uma questão de importância secundária.

Por conta disso, Bezerra (2017, p. 191) explica que o romance monológico se posiciona, em relação à ideologia por ele defendida, com um certo grau de autoritarismo, buscando alcançar um fechamento artificial e forçado em relação às questões nele abordadas. Os personagens aqui – bem como o próprio leitor, assunto mais bem discutido na próxima seção deste texto – são reificados, não passando de instrumentos ou ferramentas da veiculação do ponto de vista do autor. Tais personagens, ao contrário da ótica polifônica, não têm espaço para se transformar ao longo da obra, estando predeterminados pelos designios do autor.

A obra polifônica, em oposição à monológica, constitui-se como um espaço aberto para debate e discordância, por conta da sua não definição. Como explica Bakhtin em seu *Problemas da poética de Dostoiévski* (2008, p. 312), o enredo de uma obra polifônica, como é o caso de muito que foi escrito por Dostoiévski, é “inteiramente desprovido de funções concludentes”. Sua finalidade, continua ele, “é colocar o homem em diferentes situações que o revelem e provoquem, juntar personagens e levá-las a chocar-se entre si” (Bakhtin, 2008, p. 312).

Assim, o material nunca é imposto pelo autor sobre os seus personagens, mas flui natural e organicamente das interações que ocorrem no livro. “Não há, literalmente, uma única palavra essencial sobre a personagem que esta não possa dizer sobre si mesma” (Bakhtin, 2008, p. 314). A multidão de vozes, dessa forma, nunca é absorvida pela ideia centralizante que está sendo veiculada pelo texto. Cada elemento da narrativa corresponde a uma consciência dotada de uma voz, de um interesse e de uma perspectiva, a partir da qual inúmeras apreciações da realidade podem ser feitas.

Como diz o escritor russo Anton Tchekhov, em concordância com o entendimento bakhtiniano, “o papel do autor é apenas formular as perguntas corretamente; cabe ao leitor o trabalho de respondê-las” (Heim; Karlinsky, 1997, p. 117). O romance polifônico, dessa forma, é o lugar por excelência da polêmica; um lugar onde, de acordo com a formulação de Paulo Bezerra (2017, p. 195), a consciência da personagem é a consciência de um outro que não o autor, ela “não se objetifica, não se torna objeto da consciência do autor, não se fecha, está sempre aberta à interação com a minha e com outras consciências e só nessa interação revela e mantém sua individualidade”.

É justamente na troca ocasionada pela obra polifônica que a abertura recíproca entre o leitor e o texto se torna possível. De um lado, a interpretação do leitor enriquece o texto, fornecendo-lhe um novo ponto de vista a partir do qual se espelhar e, nesse espelhamento, se reconhecer; do outro, a polifonia possibilita a projeção de aspectos da personalidade do leitor que ainda são, a ele, desconhecidos. Preenchendo as lacunas perpetuamente abertas no texto com material pessoal, o leitor conhece a si mesmo no engajamento com o mundo construído pelo autor, assim, quem lê não apenas interpreta a obra polifônica, mas também é interpretado por ela. Ao projetar-se sobre e engajar com o texto, o leitor torna-se uma das múltiplas vozes que o compõem.

UMA PONTE ENTRE OBRA E LEITOR – MARTIN BUBER E EXISTENCIALISMO

Na seção anterior foi feita uma breve exploração do entendimento bakhtiniano de polifonia. Nessa exploração, foram abordadas as obras monológicas e as polifônicas, capazes de promover efeitos de reificação e de humanização, respectivamente. Tais efeitos, que se estendem de modo a cobrir uma série de dimensões do fenômeno literário, deixam a sua marca sobre os personagens, os temas, os gêneros literários, e, entre outros, até mesmo o próprio leitor.

O processo de humanização, no entendimento de Bakhtin, ocorre por meio da abertura da obra à inserção de material proveniente de outras vozes que não a do escritor; em outras palavras, ele provém do não acabamento da obra. O autor, nessa perspectiva, é responsável por arquitetar cenários propícios à discussão e ao debate. Logo, é participando desses cenários e dando a própria resposta pessoal a eles que o leitor se insere na obra, enriquecendo-a com o seu material associativo.

Com isso em mente, o foco desta seção não será nem a obra, nem o leitor, mas sim o próprio fenômeno da abertura que, tipicamente presente na obra polifônica, parece exercer efeitos positivos sobre o desenvolvimento pessoal do leitor. Para tanto, lançaremos um breve olhar sobre o pensamento do filósofo austríaco Martin Buber, mais especificamente sobre sua obra intitulada *Eu e tu* (2013).

A obra em questão é um dos ou talvez o trabalho mais conhecido do autor. Analisando seu conteúdo, em 1937, Walter Kaufmann – responsável por uma das primeiras traduções da obra original em alemão para o inglês – a incluiu no cânone do pensamento existencialista¹. Tal classificação, rigorosamente correta ou não, não parece de forma alguma absurda. Segundo comentários tecidos por Silberstein (1989), a obra é um excelente exponente de dois dos aspectos centrais ao pensamento de Buber: a busca por significado e a crença de que este deve ser encontrado no contato não objetificante com o outro. Dados os temas abordados em *Eu e tu*, parece ser válido entendê-lo como uma crítica à tendência que os relacionamentos humanos têm à objetificação do outro, sendo justamente por isso que Buber foi escolhido para conduzir a exploração aqui realizada acerca do fenômeno da abertura. Conforme alguns excertos extraídos já dos primeiros dois parágrafos de Buber (2013, p. 29):

O mundo é duplo para o homem, segundo a dualidade de sua atitude. A atitude do homem é dupla de acordo com a dualidade das palavras-princípio que ele pode proferir. As palavras-princípio não são vocábulos isolados, mas pares de vocábulos. Uma palavra-princípio é o par EU-TU. A outra é o par EU-ISSO [...]. Deste modo, o EU do homem é também duplo. Pois, o EU da palavra-princípio EU-TU é diferente daquele da palavra-princípio, EU-ISSO.

As palavras-princípio não exprimem algo que pudesse existir fora delas, mas uma vez proferidas elas fundamentam uma existência. As palavras-princípio são proferidas pelo ser. Se se diz TU profere-se também o EU da palavra-princípio EU-TU. Se se diz ISSO profere-se também o EU da palavra-princípio EU-ISSO. A palavra-princípio EU-TU só pode ser proferida pelo ser na sua totalidade. A palavra-princípio EU-ISSO não pode jamais ser proferida pelo ser em sua totalidade.

Há, na perspectiva de Buber, dois posicionamentos existenciais que uma pessoa pode assumir ao interagir com o mundo e com as pessoas à sua volta.

¹ <https://plato.stanford.edu/entries/buber/>

No primeiro deles, o indivíduo, que se arroga um posicionamento central em relação ao outro, interage com um mundo povoado por entidades cujo valor e significado são reduzidos à relevância que elas têm em relação a esse indivíduo centralizador. Na segunda, em contrapartida, o mundo é habitado por entidades que são dotadas da mesma dignidade humana conferida pelo indivíduo a si mesmo.

O primeiro posicionamento, articulado por Buber na palavra-princípio “eu-isso” (relação entre sujeito e coisa), promove a reificação; a segunda, formulada na palavra-princípio “eu-tu” (relação entre sujeito e sujeito), promove a humanização. As “palavras-princípio”, dessa forma, não correspondem a “algo que pudesse existir fora delas”, como diz o autor, mas a formas de “existência” em relação ao mundo, ao outro e, como se verá mais adiante, ao próprio “eu”.

Quando se entende uma entidade como um “isso”, seu significado se reduz ao que ela pode fazer para satisfazer necessidades ou cumprir objetivos. O outro, nesse caso, torna-se um apêndice do “eu”, existindo apenas à medida que sua existência o beneficia. Isso trancaria o “não-eu” em uma categoria relacionada à sua utilidade prática; em outras palavras: o outro termina por se tornar uma ferramenta, um “isso”. No outro caso, porém, na relação “eu-tu”, na qual se interage com um mundo habitado por entidades consideradas merecedoras da mesma dignidade humana que é dada ao sujeito, o espaço é deixado aberto para que essas entidades se desdobrem e se revelem da forma – frequentemente imprevisível – como mais lhes agrada.

Relações estritamente profissionais podem servir como ótimas ilustrações desse processo. Para tanto, basta imaginar situações nas quais a complexidade que existe em ambas as partes de uma troca comercial é omitida, reduzida às duas pessoas sociais que se complementam: comprador e vendedor, por exemplo. Os dois se tornam representantes de categorias definidas de acordo com a função por eles desempenhada na interação. Nesse tipo de relação, explica Buber (2013, p. 30), não há participação aberta no mundo, mas, sim, a separação das entidades, as quais, estando predefinidas pelas categorias que as descrevem, não têm espaço para se manifestar em sua totalidade.

É importante reconhecer que, até certo ponto, a postura “eu-isso” é inevitável e até funcional em contextos sociais complexos. Em muitas interações, como a prestação de serviços, a manutenção de certa distância ou objetividade pode ser necessária para que a vida em sociedade seja possível. Como o próprio Buber (2013) nos lembra ao longo de toda a obra: a relação “eu-tu” não

pode ser mantida continuamente, uma vez que ela ocorre em momentos de encontro excepcionais, tratando-se de uma experiência capaz de transformar, mas que também exige muito do sujeito. Justamente por isso, seria insustentável – e talvez até psicologicamente destrutivo (Buber, 2013, p. 32) – se fosse aplicada indiscriminadamente a todos os encontros do cotidiano. O problema, como se verá, não está na existência da postura “eu-isso”, mas na maneira como ela tende a se infiltrar em relacionamentos que não podem existir na ausência da profundidade emocional que o “eu-tu” possibilita.

A objetificação do outro, é importante lembrar, não funciona como uma via de mão única. Quem objetifica o outro objetifica a si mesmo, já que, para que uma interação fechada aconteça, a categoria oposta e complementar à daquele que é objetificado deve ser ocupada pelo sujeito que objetifica. Por exemplo: não existem vendedores sem compradores. Assim, no momento em que o “eu” assume a atitude objetificante que transforma o outro em um “isso”, esse “isso”, recém-criado pelo “eu”, termina por, invariavelmente, transformar o “eu” no seu próprio “isso”. Dessa maneira, indo na direção contrária à da objetificação, a humanização que resulta do posicionamento existencial denominado por Buber como “eu-tu” nunca é limitada ao outro, também atingindo o “eu”.

Como explica o filósofo austríaco (2013, p. 30), “o mundo como experiência diz respeito à palavra-princípio eu-isso. A palavra-princípio eu-tu fundamenta o mundo da relação”. Ao passo que a experiência, como denominada por ele, se dá exclusivamente no horizonte mental do sujeito, a relação acontece na abertura que se verifica entre ele e o mundo. Essa relação, que deve ser pautada na abertura, possibilita que o “tu” se manifeste de formas imprevisíveis ao “eu”. Tal imprevisibilidade força o “eu” a buscar dentro de si mesmo potenciais ainda não realizados, no intuito de servir como o par oposto e complementar da forma que o “tu” assumiu. A consequência disso é que conceder ao “tu” o espaço necessário para a sua expressão e desenvolvimento pessoais não o beneficia somente, mas também contempla o “eu”, que, no processo de espelhar o autodescobrimento do “tu”, autodescobre-se. O “tu”, dessa forma, desvelando-se de maneiras inesperadas, faz um convite ao “eu”: para interagir com esse novo “tu” que acaba de se manifestar, o “eu” deve se transformar.

Em termos bakhtinianos, isso equivale a dizer que ambas as vivências do “eu” e do “tu”, entendidas em termos de narrativa, não são mais construídas segundo os moldes da obra monológica e centralizante, passando a se modelar

na obra polifônica. O relacionamento “eu-isso”, portanto, cede lugar ao relacionamento “eu-tu”. A existência do “eu”, dessa forma, passa a ser integrada e escrita pelo “tu” – e vice-versa –, que deve agora ser reconhecido como um sujeito cuja voz é investida dos mesmos direitos.

Vimos aqui uma formulação semelhante à bakhtiniana, mas aplicada diretamente ao campo das relações humanas e da filosofia existencial. Embora essa seja apenas uma exposição extremamente modesta do entendimento de Buber, é interessante considerar as semelhanças entre as duas filosofias e a maneira como ambos os pensadores parecem ter partido da mesma intuição, variando mais na ênfase dada ao longo da apresentação do que nos aspectos fundamentais. Em Bakhtin (2008), a obra parece ser o centro da exploração, isto é, a arquitetura em si toma o espaço central da apresentação – ainda que autor, leitor e outras variáveis tenham a devida importância. Buber (2013), por seu turno, enfatiza o relacionamento humano e a possibilidade de que os relacionamentos pautados em uma filosofia de abertura – a do “eu-tu” – sejam capazes de trazer sentido e autorrealização para a vida do indivíduo.

SOBRE O LEITOR – ASPECTOS EXISTENCIALISTAS DAS PSICOLOGIAS DE ROGERS E JUNG

Iniciando a escrita deste artigo com Bakhtin, exploramos algumas das características que resultam no não fechamento da obra. Prosseguindo, com Buber, exploramos esse conceito em si, do ponto de vista do relacionamento interpessoal. Nesta última parte, partindo da psicologia, abordaremos a maneira como esse mesmo não fechamento se manifesta na relação terapêutica. Os focos aqui serão o cliente e a maneira como a atitude de abertura do psicólogo propicia o desenvolvimento daquele. Isso, mais adiante, permitirá traçar analogias que conectam a atitude de abertura do psicólogo ao paciente à da obra clássica ao leitor – salientando o efeito transformador que ambas as relações podem ter.

Tendo lançado mão da filosofia de Buber na seção anterior, a psicologia de Carl Rogers se apresenta como o ponto de partida natural para esta. Isso por conta do famoso encontro² dos dois pensadores, filósofo e psicólogo,

² Descrito e comentado por Cissna e Anderson (1994), encontrado na bibliografia deste trabalho.

ocorrido em 1957. O diálogo entre Carl Rogers e Martin Buber foi uma significativa troca intelectual. Motivado pelo interesse de ambos em explorar a natureza dos relacionamentos humanos, bem como o papel da comunicação nesses relacionamentos, o encontro foi considerado por Cissna e Anderson (1994, p. 12) como uma demonstração prática do diálogo aberto. Embora Rogers – até onde se estende o conhecimento do autor deste artigo – nunca tenha explicitamente afirmado que Buber foi uma influência primária em seu trabalho, o seu encontro com o filósofo foi, para ambos, uma oportunidade para o reconhecimento mútuo e para a percepção das semelhanças entre os seus sistemas de pensamento.

A “Terapia Centrada no Cliente”, de Rogers – do inglês Client Centered Therapy –, é conhecida como uma das primeiras práticas humanistas na psicologia. Desenvolvida em parte como uma resposta ao behaviorismo, configura-se como uma tentativa de compreender a pessoa em sua totalidade. Tal abordagem busca evitar os excessos e determinismos típicos dos modelos mecanicistas, que tendem a explicar as patologias apresentadas pelo indivíduo exclusivamente em função de influências acumuladas ao longo da vida. Focando-se principalmente na experiência presente, mas aberta à consideração do passado e à projeção futura, o método rogeriano entende o sofrimento como expressão de um bloqueio à tendência natural do organismo à autorrealização – definida aqui, seguindo Rogers (1951), como o direcionamento tomado pelo organismo como um todo (corpo, psique consciente e inconsciente) à atualização de suas potencialidades inatas.

Na concepção popular de autorrealização, entende-se frequentemente que a parte da pessoa cujos potenciais são atualizados se limita ao ego consciente, sendo o corpo e as regiões inconscientes da psique desconsiderados. Para Rogers (1951, p. 407), no entanto, a fisiologia do corpo humano, estando em contato mais próximo com aquilo que se é na própria realidade orgânica e fundamental, não pode ser esquecida. Resulta disso a ideia de que é o organismo como um todo que verdadeiramente se orienta na direção da autorrealização. Aqui, a totalidade do ser “reage como um todo organizado” (Rogers, 1951, p. 406) aos estímulos do campo experiencial que se estende ao redor do indivíduo. Tal reação, que se manifesta como um diálogo entre as necessidades internas de autorrealização e as pressões culturais externas, é o que permite um posicionamento sustentável da pessoa – tanto em relação ao contexto no qual se insere quanto em relação a si mesma.

Se esse diálogo é bem-sucedido, isto é, quando a pessoa encontra um ponto estável e harmônico, ambas as partes interna e externa a ele terão espaço para influenciar a construção da sua autoimagem, tornando-se, assim, equilibrada. Se, contudo, o diálogo for malsucedido, as pressões externas prevalecerão além daquilo que é saudável, afogando a “voz interna” que norteia o desenvolvimento psicológico da pessoa. Nesse caso, haverá incongruências entre os fundamentos do “eu” e a autoimagem consciente. Consequentemente, a teoria rogeriana da patologia (1951, p. 427) está relacionada à incongruência entre o que o corpo “quer” e o entendimento que o indivíduo tem de si – entendimento esse frequentemente distorcido por conta de influências do ambiente social. Na terminologia de Buber, o relacionamento adequado entre o sujeito e a sua totalidade potencial é baseado no modelo do “eu-tu”, enquanto que o inadequado é aquele de objetificação dessa totalidade, passando a ser determinada e reduzida em função das pressões externas, ou seja, um relacionamento “eu-isso”.

A terapia rogeriana, dessa forma, não se atém à autoimagem do cliente como expressão e revelação da sua totalidade – já fechada e resolvida –, mas, sim, aos potenciais ainda dormentes, cuja realização terá o efeito salutar e curativo do qual necessita esse cliente (Rogers, 1985, p. 184). Para tanto, presume-se que nem o cliente nem o terapeuta saibam exatamente qual é o caminho que deverá ser tomado, o que configura as sessões nesse modelo como uma exploração pautada na abertura, no acolhimento e na empatia, por parte do terapeuta.

No continente europeu – sendo Rogers nativo dos Estados Unidos –, a teoria construída pelo suíço Carl Jung exibe algumas semelhanças com a que vimos anteriormente. Como exemplo de seu entendimento (2015, p. 30), a neurose se dá no momento em que duas tendências, uma consciente e a outra inconsciente, encontrando-se em “estrita oposição”, causam um desacordo ou uma incoerência do sujeito consigo mesmo, que o leva a apresentar sintomas tanto psicológicos quanto somáticos.

Existem, naturalmente, diferenças importantes entre as teorias rogeriana e junguiana. A começar, para Jung (2013b, p. 350), as incongruências entre a autoimagem consciente e os impulsos de desenvolvimento inconscientes e fisiológicos muitas vezes podem acontecer simplesmente pela incapacidade do sujeito de dar forma e expressão à nova configuração psicológica que está em vias de eclodir com a atualização de seus potenciais.

Outra divergência está no valor atribuído ao mundo externo. Rogers, como visto, tende a enxergar as pressões sociais sobretudo (ainda que não exclusivamente) como forças que podem desorientar o desenvolvimento espontâneo e a autoexpressão do indivíduo. Jung (2014, p. 47), por sua vez, adota uma postura mais ambivalente: embora reconheça que tais pressões limitam o leque de possibilidades do sujeito, também considera que é justamente no diálogo entre o indivíduo e a sociedade que se dá a atualização concreta de seu potencial.

Relativo aos fundamentos, no entanto, grosso modo, as duas teorias ainda se mantêm bastante semelhantes: ambas partem da premissa de que existe em cada ser humano um potencial inato que só pode ser conhecido à medida que se realiza. A sua realização depende, segundo os dois teóricos, de que um espaço seja deixado aberto para que o indivíduo possa se atualizar em diálogo com o meio. Dessa maneira, a patologia psíquica tem início justamente no momento em que, impossibilitado de travar um diálogo produtivo entre o seu potencial interior e as necessidades de adaptação ao meio, o indivíduo desenvolve uma personalidade que se distancia demais daquela que flui naturalmente do seu âmago.

A vida, explica Jung, às vezes toma direções excessivamente unilaterais. Quando isso ocorre, “produz-se no inconsciente, por razões de autorregulação do organismo, um acúmulo de todos aqueles fatores que na vida consciente não puderam ter suficiente voz nem vez” (Jung, 2018, p. 22). É possível que essa seja – no que concerne aos propósitos desse artigo – a semelhança mais significativa entre os dois psicólogos: o tratamento centrado na abertura empática, em relação ao cliente. O objetivo da terapia junguiana, tendo isso em vista, assim como a de Rogers, consiste em criar as condições que possibilitem a reabertura desse diálogo – dando voz a essas partes da psique que, por inúmeros motivos, foram silenciadas. “O que viso produzir”, explica Jung (2013a, p. 59),

É algo de eficaz, é produzir um estado psíquico, em que meu paciente comece a fazer experiências com seu ser, um ser em que nada mais é definitivo nem irremediavelmente petrificado; é produzir um estado de fluidez, de transformação e de vir a ser.

Rogers (1987, p. 180, tradução nossa), por sua vez, coloca o seguinte: “na minha experiência, a tendência de autorrealização se torna evidente, no

ambiente de acolhimento que eu tento promover”. Na terapia, diz ele, “a pessoa está livre para escolher qualquer direção”. Exprimindo alguma surpresa, no entanto, dado o grande leque de escolhas que se abre perante o cliente, o psicólogo nos explica que, a despeito de todos os caminhos autodestrutivos que poderiam ser escolhidos, a pessoa frequentemente opta pelos que são construtivos para o seu desenvolvimento. Para Rogers (1987, p. 181), “a empatia é, em si, um agente curativo. Ela é um dos aspectos mais potentes da terapia, pois ela é capaz de libertar, afirmar e de trazer até o cliente mais reticente de volta à raça humana”.

É justamente a empatia que o terapeuta tem por aquilo que o cliente não é capaz de aceitar em si mesmo que o torna apto a explorar, às vezes pela primeira vez, aquilo que ele vem, há bastante tempo, reprimindo (Rogers, 1951). Somando-se a isso, Rogers (2017, p. 41) diz que:

Quando consigo afetivamente compreender os sentimentos que exprimem, quando sou capaz de aceitá-los como pessoas separadas em todo seu direito, nessa altura vejo que tendem a orientar-se em determinadas direções. E quais são essas direções que os seus movimentos subentendem? As palavras que julgo descreverem com maior veracidade essa direção são: positiva, construtiva, tendente à autorrealização, progredindo para a maturidade e para a socialização. Acabei por me convencer de que quanto mais um indivíduo é compreendido e aceito, maior sua tendência para abandonar as falsas defesas que empregou para enfrentar a vida, maior sua tendência para se mover para a frente.

Sendo assim, somente quando se engaja em um diálogo consigo mesmo é que, com o auxílio do terapeuta, o cliente se torna capaz de reelaborar a sua autoimagem, de modo a se enxergar mais congruente com seu sentimento interno. A história do cliente, que até então se encontrava fechada, é reaberta, possibilitando que novo material seja inserido. A inserção desse material torna possível interpretações completamente novas e inesperadas não só do presente, mas também do passado e das possibilidades para o futuro. Tais abordagens, bastante comparáveis em relação à abertura e à empatia, promovem a construção da autoimagem do sujeito de uma forma polifônica, e não mais monológica. Dessa maneira, o relacionamento do sujeito com o seu próprio potencial passa a seguir os moldes do “eu-tu” em vez dos moldes do “eu-isso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançando esse ponto, estamos em posse das peças necessárias à finalização do raciocínio; e, dessa forma, tentamos conectar os pontos da analogia proposta ao fim da introdução deste artigo.

Essa analogia, recapitulando, tenciona salientar a relação que existe entre a leitura das obras que nunca se fecham – chamadas clássicos, por Ítalo Calvino – e a prática terapêutica pautada nas metodologias delineadas por Carl Rogers e Carl Jung. Os pontos de contato que possibilitam a aproximação desses dois domínios aparentemente tão distantes da experiência humana são, acreditamos, quatro: terapeuta / escritor; relacionamento analítico / obra polifônica; cliente / leitor; e o potencial ainda não realizado e inconsciente de ambos, o cliente e o leitor.

Em um relacionamento analítico cuidadosamente conduzido, a expectativa, pelo menos dos pontos de vista rogeriano e junguiano, é que o profissional construa um ambiente que promova a abertura e a empatia pelo cliente. Aqui, o psicólogo não deve se considerar mais apto do que o próprio cliente, prescrevendo a ele aquilo que acredita ser o mais adequado. Jung (2018) enfatiza esse ponto com bastante firmeza, encorajando seus colegas a passarem eles mesmos por uma análise, para melhor compreender as suas psicologias pessoais, evitando, assim, de impô-las sobre os seus clientes. O psicoterapeuta, afirma ele, “está obrigado a um autoconhecimento e a uma crítica de suas convicções pessoais, filosóficas e religiosas, tanto quanto um cirurgião está obrigado a uma perfeita assepsia” (Jung, 2018, p. 173). A não observância dessa regra, explica, pode levar o terapeuta que não se conhece adequadamente a “violentar” os pontos de vista do cliente – fracassando em criar um espaço pautado na polifonia.

É justamente nesse espaço de não fechamento e não determinação que o cliente começa a realmente experimentar com o seu ser. Por meio das conversas e da exploração de seu inconsciente, a pessoa ocupa espaços e representa papéis que até então não se imaginava capaz de tomar para si.

Disso resulta um diálogo com o inconsciente – diálogo esse que não é mais definido por uma relação “eu-isso”, mas por uma relação “eu-tu”: quanto mais o ego se sente à vontade em sua relação com o terapeuta, menos acuado ele estará; quanto menos acuado, mais ele se permite reconhecer em si mesmo; quanto mais ele se permite reconhecer, menos o inconsciente é

determinado; quanto menos o inconsciente é determinado, mais dinamismo e criatividade serão encontrados nas suas formas de autoexpressão. O ego, por sua vez, assimilando as novas possibilidades ao seu inventário consciente, se enriquece. Nasce, assim, uma pessoa mais completa, equilibrada e estável. Reconhecendo a si mesma, a pessoa preenche, com seu próprio ser, as lacunas deixadas em aberto, na indeterminação e não fechamento típicos ao relacionamento terapêutico rogeriano e junguiano.

Não se intenta, é claro, tentar justificar uma supremacia dessas duas correntes teóricas sobre as demais com este artigo. O que se faz aqui é uma tentativa de demonstrar, mediante a aproximação dessas duas linhas de pensamento psicológico, a capacidade terapêutica e humanizante que a leitura da obra polifônica tem sobre o leitor. Assim como o psicólogo, o escritor constrói um espaço pautado na não determinação e no não fechamento. O leitor, por sua vez, adentra esse espaço e, ao debruçar-se sobre a obra, a preenche com o seu material pessoal. A abertura promovida por ambas, a obra polifônica e o relacionamento terapêutico, promove um relacionamento “eu-tu” entre o sujeito (cliente / leitor) e o seu inconsciente. Projetando sobre esse espaço aberto o seu potencial não realizado e inconsciente, ambos se autorrealizam como seres humanos.

Dessa forma, retornando à questão literária, o leitor e o livro, como suporte à projeção do inconsciente do leitor, são enriquecidos: o primeiro, à medida que se encontra nas lacunas deixadas pelo autor, e o segundo, à medida que os seus inesgotáveis potenciais de interpretação são realizados – mas nunca totalmente finalizados – pela interpretação do leitor.

Reading as a form of healing: an analogy between engagement with the classics and therapeutic practice

Abstract

Starting from the premise that both classical texts and therapeutic relationships constitute a space of indeterminacy, this paper proposes an analogy between reading classics – characterized by their vast and inexhaustible range of interpretations – and therapeutic practice, particularly as outlined in the approaches of Carl Rogers and Carl Gustav Jung. To this end, the article is divided into three sections: the first, drawing on Bakhtin (2008), briefly explores the phenomenon of openness and the inexhaustibility of a work; the second, guided by

Martin Buber's existentialist philosophy (2013), describes the phenomenon of openness itself; and finally, the third section examines the healing effect that openness can have in therapeutic relationships. The final considerations aim to connect the points of the analogy, demonstrating a parallel between the effects of therapy and the reading of classical works.

Keywords

Polyphony. Therapeutic practice. Openness.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 191-200.
- BUBER, M. *Eu e tu*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2013.
- CISSNA, K. N.; ANDERSON, R. The 1957 Martin Buber-Carl Rogers Dialogue, as Dialogue. *Journal of Humanistic Psychology*, v. 34, n. 1, p. 11-45, 1994.
- HEIM, M. H.; KARLINSKY, S. *Anton Chekhov's life and thought: selected letters and commentary*. Evanston: Northwestern University Press, 1997.
- JUNG, C. G. *Civilização em transição: civilização em mudança*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente: dois escritos sobre psicologia analítica*. Tradução Dora Ferreira da Silva. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- JUNG, C. G. *Psicologia do inconsciente: dois escritos sobre psicologia analítica*. Tradução Maria Luiza Appy. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. *Psicoterapia: a prática da psicoterapia*. Tradução Maria Luiza Appy. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- JUNG, C. G. *Símbolos da transformação*. Tradução Eva Stern. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.
- ROGERS, C. *Client-Centered Therapy*. London: Constable & Robinson, 1951.
- ROGERS, C. Rogers, Kohut, and Erickson: a personal perspective on some similarities and differences. In: ZEIG, J. K. (org.). *The evolution of psychotherapy*. New York: Routledge, 1987. p. 179-187.

ROGERS, C. *Tornar-se pessoa*. Tradução Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

SILBERSTEIN, L. J. *Martin Buber's social and religious thought: alienation and the quest for meaning*. New York: New York University Press, 1989.